

DANIELA AMORIM MOTA

**ANÁLISE HISTÓRICA DE UMA ZONA URBANA**

Caracterização do Parque das Camélias e sua envolvente

Orientador científico: Prof. Doutor Sidh Daniel Losa Mendiratta

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO

Faculdade de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação

PORTO  
(2015)



DANIELA AMORIM MOTA

## ANÁLISE HISTÓRICA DE UMA ZONA URBANA

Caracterização do Parque das Camélias e sua envolvente

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

Orientador científico: Prof. Doutor Sidh Daniel Losa Mendiratta

Composição do júri:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Cândido Almeida D'Éça Ramalho

Arguente: Prof<sup>a</sup>. Doutora Lígia Paula Simões Esteves Nunes Pereira da Silva

Orientador: Prof. Doutor Sidh Daniel Losa Mendiratta

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO  
Faculdade de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação

PORTO  
(2015)

## **Agradecimentos**

Este trabalho foi conseguido com o apoio incondicional dos meus pais, e a eles tenho a agradecer a confiança que em mim depositaram. Agradeço em especial também a minha irmã pelo encorajamento dado e ao Carlos pelo carinho e compreensão.

Agradeço a todos os professores que se cruzaram comigo ao longo do percurso académico, e que, de alguma forma, o marcaram e contribuíram para uma melhor aprendizagem.

Agradeço também aos colegas de curso, em especial à Marta e Nuno pela amizade.

Por fim, mas não menos importante, um sincero agradecimento ao Professor Doutor Sidh Mendiratta, orientador desta dissertação, pelos ensinamentos, rigor e por ter despertado um maior interesse pela teoria e história da Arquitetura.

## Resumo

Com este trabalho pretende-se compreender a evolução histórica de uma zona da cidade do Porto, através da análise histórica apoiada principalmente em intervenções urbanas e arquitetónicas.

Um dos objetivos da dissertação é compreender o desenvolvimento urbano através da análise histórica de algumas intervenções urbanas e arquitetónicas, e de que forma esse desenvolvimento urbano interfere no processo da prática do projeto arquitetónico. Para isto, a dissertação organiza-se em três partes.

Após uma breve introdução, a primeira parte corresponde a uma investigação e estudo sobre o enquadramento e evolução da cidade do Porto e as principais intervenções arquitetónicas e urbanas durante o seu desenvolvimento.

A segunda parte será delimitada por uma área de estudo mais concentrada. Tendo como ponto de referência o Parque das Camélias, pretende-se através de uma caracterização do local, recorrendo a cartografia, analisar a história da evolução urbana e arquitetónica desta área, assim como as intervenções que representaram num maior impacto e consequências diretas para o seu desenvolvimento urbano.

A terceira parte da dissertação centra-se no processo interventivo da proposta para o Parque das Camélias, e assim, de que forma é refletida no projeto a análise realizada.

Por fim, são apresentadas considerações finais sobre o trabalho.

## **Abstract**

The main aim of this assignment is to understand the historical evolution of an area in the city of Porto, through the historical analysis supported mainly in urban and architectural interventions.

One of the aims of the essay is to understand the urban development through historical analysis of some urban and architectural interventions, and how this urban development interferes with the process of making architecture. For this, the assignment develops into three parts

After a brief introduction, the first part corresponds to an investigation and study about the framework and evolution of the city of Porto and its principal urban and architectural interventions throughout its development.

The second part is delimited by a more concentrated area of study, having as a reference Parque das Camélias, it is intended through a description of the place, using mapping, analysing the history of urban and architectural evolution of this area, as well as interventions that represented a greater impact and direct consequences for its urban development.

The third part of this essay is focused on the intervention process of the proposal of the interventional process of the Parque das Camélias, and so, how is reflected in the project the analysis accomplished.

Lastly, it is presented the final consideration of the analysis.

## **Índice**

|   |           |
|---|-----------|
| Agradecimentos                              | IV        |
| Resumo                                      | V         |
| Abstract                                    | VI        |
| Índice                                      | VII       |
| Índice de figuras                           | VIII      |
| Índice de anexos                            | X         |
| <br>  |           |
| <b>Introdução</b>                           | <b>01</b> |
| <br>  |           |
| <b>Capítulo I.</b>                          | <b>03</b> |
| Evolução e enquadramento da cidade do Porto |           |
| <br>  |           |
| <b>Capítulo II.</b>                         | <b>12</b> |
| Caracterização da área de estudo            |           |
| <br>  |           |
| <b>Capítulo III.</b>                        | <b>23</b> |
| Proposta de intervenção                     |           |
| <br>  |           |
| <b>Considerações finais</b>                 | <b>32</b> |
| <br>  |           |
| <b>Bibliografia</b>                         | <b>34</b> |
| <br>  |           |
| <b>Anexos</b>                               | <b>36</b> |

## Índice de figuras

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 1.</b> Identificação de lugares e edifícios no Porto Medieval. Fonte: Arquivo Municipal | 04 |
| <b>Figura 2.</b> Identificação de lugares e edifícios na Planta Redonda. Fonte: Arquivo Municipal | 07 |
| <b>Figura 3.</b> Detalhe da planta de 1813. Fonte: Arquivo Municipal                              | 13 |
| <b>Figura 4.</b> Largo da Batalha. Fonte: Arquivo Municipal                                       | 15 |
| <b>Figura 5.</b> Capela da Batalha. Fonte: Arquivo Municipal                                      | 15 |
| <b>Figura 6.</b> Teatro Príncipe. Fonte: Arquivo Municipal  | 16 |
| <b>Figura 7.</b> Teatro Príncipe após o incêndio. Fonte: Arquivo Municipal                        | 16 |
| <b>Figura 8.</b> Edifício Real Casa Pia. Fonte: Arquivo Municipal                                 | 17 |
| <b>Figura 9.</b> Edifício Real Casa Pia. Fonte: Arquivo Municipal                                 | 17 |
| <b>Figura 10.</b> Detalhe da planta de 1824. Fonte: Arquivo Municipal                             | 18 |
| <b>Figura 11.</b> Detalhe da planta de 1833. Fonte: Arquivo Municipal                             | 18 |
| <b>Figura 12.</b> Detalhe da planta de 1839. Fonte: Arquivo Municipal                             | 18 |
| <b>Figura 13.</b> Detalhe da planta de 1865. Fonte: Arquivo Municipal                             | 18 |
| <b>Figura 14.</b> Detalhe da planta de 1892. Fonte: Arquivo Municipal                             | 19 |
| <b>Figura 15.</b> Detalhe da planta de 1903. Fonte: Arquivo Municipal                             | 20 |
| <b>Figura 16.</b> Fotografia aérea de 1939-40. Fonte: Arquivo Municipal                           | 20 |
| <b>Figura 17.</b> Fotoplano de 1958. Fonte: Arquivo Municipal                                     | 20 |
| <b>Figura 18.</b> Vista aérea da área de estudo. Fonte: Google Earth                              | 21 |
| <b>Figura 19.</b> Planta do lote antes da intervenção (sem escala). Fonte: Imagens do autor       | 24 |

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 20.</b> Planta com a intenção do percurso pedonal e implantação (sem escala). Fonte: Imagens do autor                      | 25 |
| <b>Figura 21.</b> Planta de implantação (sem escala). Fonte: Imagens do autor  | 27 |
| <b>Figura 22.</b> Esquema do piso -1 (sem escala). Fonte: Imagens do autor   | 28 |
| <b>Figura 23.</b> Esquema do piso 0 (sem escala). Fonte: Imagens do autor  | 28 |
| <b>Figura 24.</b> Esquema dos pisos 1 e 2 (sem escala). Fonte: Imagens do autor  | 28 |
| <b>Figura 25.</b> Volume do alçado da Rua Augusto Rosa, corte longitudinal e corte transversal (sem escala). Fonte: Imagens do autor | 29 |
| <b>Figura 26.</b> Planta de implantação final (sem escala). Fonte: Imagens do autor  | 30 |

## **Índice de anexos**

|  |    |
|--|----|
| Anexos A   | 36 |
| <b>Anexo A.01</b> – Planta de implantação (escala 1.1000)  | 37 |
| <b>Anexo A.02</b> – Planta do piso 3 (escala 1.200)        | 38 |
| <b>Anexo A.03</b> – Plantas doa pisos 1 e 2 (escala 1.200) | 39 |
| <b>Anexo A.04</b> – Planta do piso 0 (escala 1.200)        | 40 |
| <b>Anexo A.05</b> – Planta do piso -1 (escala 1.200)       | 41 |
| <b>Anexo A.06</b> – Corte (escala 1.200)                   | 42 |
| <b>Anexos A.07</b> – Cortes (escala 1.200)                 | 43 |
| <b>Anexos A.08</b> – Alçados (escala 1.200)                | 44 |
| <b>Anexos A.09</b> – Alçados (escala 1.200)                | 45 |

## **Introdução**

Esta dissertação, realizada no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, incide na análise histórica da evolução urbana e arquitetónica de uma área da cidade do Porto.

A escolha do tema procede de diversos aspetos. Por um lado, ao longo do percurso académico somos alertados para a importância que a cidade tem não só na atividade do arquiteto, mas também no quotidiano de quem a usufrui. Por outro lado, particularmente a cidade do Porto deteve maior destaque enquanto objeto de estudo nas áreas do urbanismo, do projeto e da história.

Analisando a história, compreende-se melhor o desenvolvimento urbano e arquitetónico da cidade, dos lugares, dos edifícios, e como contribuiu para o que a cidade representa. A melhor forma de perceber o rumo que a cidade tomou é olhando para o passado, analisando-a a partir de princípios de intervenções urbanas, assim como as opções de intervenções no património, de interesse urbano, cultural, de espaço público, e até a nível de turismo. Através da análise destas opções, compreende-se a evolução da cidade.

Esta dissertação tem um carácter de reflexão sobre o desenvolvimento da cidade do Porto, com principal enfoque na zona envolvente ao Parque das Camélias, analisando assim a evolução urbana dessa área, tendo em conta os princípios acima descritos. Este local, apesar de concentrar alguns espaços públicos e edifícios de interesse patrimonial e arquitetónico, necessita de uma intervenção pelas fragilidades que apresenta, de forma a estimular a permanência e o uso dos espaços pela população e pelos turistas. Algumas intervenções têm ocorrido, principalmente a nível de reabilitação de edifícios, mas espaços como o Cinema Batalha ou o edifício da Casa Pia e até o Parque das Camélias, têm potencial para contribuir para um maior desenvolvimento deste local.

A dissertação organiza-se em três partes. A primeira parte explica de forma breve o enquadramento do Porto, de forma a compreender a evolução da cidade medieval até à cidade atual, para assim, introduzir a próxima parte que tem o seu foco na área envolvente ao Parque das Camélias. Parta tal, analisam-se as principais intervenções e o seu legado no desenvolvimento daquele local. A última parte, apresenta uma proposta para o Parque das Camélias, com a descrição do processo interventivo para o local, explicando as intenções para contribuir para o desenvolvimento do local.

## **Capítulo I. Evolução e enquadramento da cidade do Porto**

O desenvolvimento da cidade do Porto está fortemente marcado pela nomeação do bispo D. Hugo em 1112, sendo-lhe concedida a jurisdição do burgo, assim como o território confinante. Este burgo estava situado no morro da Pena Ventosa e a população desenvolveu-se em torno de uma ermida, a catedral – substituiu uma construída no século XI, a sul da atual – que começou a ser construída no século XII. Por esta altura, a muralha existente, ou «Muro Velho», “*edificado no século XII, que tinha uma organização nítida, aproximadamente ortogonal, e um forte cariz simbólico*”<sup>1</sup>, foi reconstruída, sendo que a abertura das portas da cidade estava (também) sujeita à topografia. Fora da muralha, predominavam os terrenos rurais. Se por um lado o desenvolvimento da cidade em direção oposta ao rio sugere ligações à prática agrícola, o desenvolvimento em direção ao rio estava fortemente ligado à prática comercial, na qual o rio detinha um papel fundamental. Esta expansão levou ao aumento da população nesta zona, conhecida como «vila baixa». Mais tarde, a partir do século XIII, assinalam-se conflitos entre a Coroa, que pretendia controlar esta zona, e a Mitra, devido ao lucro da atividade comercial através do rio. O desenvolvimento urbano neste local operou-se também pela fundação dos conventos mendicantes de S. Francisco em 1234 e S. Domingos em 1238. Com o aumento da população e a influência da zona portuária ergue-se também a Ermida de S. Nicolau, em 1249.



- A – Muro Velho
- B – Muralha Fernandina
- C – Rio da Vila
- D- Porta de Sto. Elói
- E – Porta dos Carros
- F – Morro da Cividade
- G – Morro do Olival
- H – Zona da Ribeira («Vila baixa»)
- I – Chã das Eiras
- J – Rua Nova
- K – Sé
- L – Convento S. Francisco
- M – Convento S. Domingos
- N – Convento Sta. Clara

**Figura 1**  
Identificação de lugares e edifícios no Porto Medieval. Fonte: Arquivo Municipal

O quadro do desenvolvimento urbanístico da zona ribeirinha é também traçado pela construção da Alfândega a partir de 1325, em território de domínio episcopal, e pela disputa da margem direita do rio da Vila. O rio da Vila formava-se na atual Praça de Almeida Garrett com a

<sup>1</sup> Afonso, J. F. (2000). *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. (2ª ed.). Porto: Faup Publicações. Pág. 25

junção de águas de duas nascentes, uma que nascia na atual Praça Marquês de Pombal e outra nas elevações da Fontainha.<sup>2</sup>

A povoação expandiu-se tendencialmente pelas zonas da Ribeira e Olival, assim como em direção à Cidade e Chã das Eiras, como tal, foi necessário construir uma nova muralha, iniciada em 1334 e concluída já no reinado de D. Fernando, de 1367 a 1383. “*Recuada relativamente ao rio para permitir a actividade portuária, a nova cintura defensiva dispunha de dezassete portas e postigos, das quais dez se abriam, significativamente, sobre o rio*”.<sup>3</sup>

O século XIV caracteriza-se pela importante evolução da malha urbana estratificada e um desenvolvimento significativo do comércio externo e interno e da agricultura.

“*Fala-se que a cidade teria no século XIV umas 10.000 almas. Porém, com a 2ª peste negra de 1348 e as guerras de D. Fernando com Castela, parece que terá havido um certo despovoamento dos arrabaldes.*”<sup>4</sup>

Com o reinado de D. João I (1385-1433) e com a criação da Judiaria, é retomado o povoamento na zona do Olival – “*estrutura ortogonal, com dois arruamentos formando um angulo recto entre si, marca o início de um novo período de criação urbana.*”<sup>5</sup> Esta foi uma época de expansão da cidade - com a abertura da Rua Nova em 1395 por exemplo - e que se prolongou pelo século XV. A Rua Nova representou uma intervenção significativa na cidade pois correspondia a “*uma espécie de plano director da zona*”<sup>6</sup>, onde estavam demonstrados novos cuidados arquitetónicos, como a tipologia da habitação e o ordenamento das fachadas no seu conjunto, e também pelas suas nítidas características ortogonais. Ainda no reinado de D. João I, algumas mudanças realizadas conduziram a que a Câmara detivesse mais poderes levando à necessidade de reedificar os Paços do Concelho, “*cuja casa-torre se erguia altaneira por meados do século XV, ombreado com os edifícios do bispo, como pontos de referência tutelares do velho burgo.*”<sup>7</sup>

Coincidindo com o reinado de D. João II (1481-1495), a urbanização intramuros é novamente impulsionada, no local onde faltava ocupar: no morro da Vitória. O desenvolvimento urbano da cidade levou a uma urbanização da margem do rio da Vila, e surge então a rua das Flores, entre 1521-1525, e a rua de Belmonte, assim como, novos e imponentes edifícios, como fundações religiosas e de assistência.

“*A prosperidade do Porto nos séculos XV e XVI é visível na qualidade dos monumentos da época e na atracção que exercia sobre artistas estrangeiros, cuja acção é marcante na*

---

<sup>2</sup> (2006, Outubro 8) *Como passava na muralha o antiqúissimo rio da Vila?* *Jornal de Notícias*. Acedido Outubro 13, 2015, em [http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=573044&page=-1](http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=573044&page=-1)

<sup>3</sup> Ferrão, J. B. (1997). *Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almas: 1758 – 1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*. (3ª ed.). Porto: Faup. Pág. 139

<sup>4</sup> Loza, R. R. (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 67

<sup>5</sup> Afonso, J. F. (2000). *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. (2ª ed.). Porto: Faup Publicações. Pág. 27.

<sup>6</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 67

<sup>7</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 68

*arquitectura e na pintura*<sup>8</sup> “O século XVI, mais do que um período de desenvolvimento e inovação urbanística, é uma época de formalização do quadro citadino, com base em vectores lançados na centúria anterior.”<sup>9</sup>

A cidade intramuros que ainda possuía zona verde, no início do século XVI, era junto à Porta dos Carros, local com o nome de Cividade, no entanto, o espaço envolvente desta zona encontrava-se em fase de expansão urbana. Este desenvolvimento levou a que fossem doados terrenos na Cividade, para a fundação do Convento de Santo Elói, conhecido atualmente como Palácio das Cardosas o edifício funciona agora como hotel. Este convento torna-se particularmente marcante, pela importância que adquiriu naquela zona que veio a sofrer uma revolução urbanística ao longo do século XVI.<sup>10</sup>

No período de ocupação filipina, 1580-1640, uma das preocupações urbanísticas foi o reordenamento dos espaços públicos. Algumas das intervenções passaram pela colocação de bancos de repouso e a plantação de árvores, nas alamedas do Olival, Hortas e Batalha.<sup>11</sup> Durante o século XVII, definiram-se diretrizes, e os indícios de desenvolvimento radial da cidade, são na época dos Almadas, um século depois, retomadas e planificadas.

Em 1687, os planos para o rio da Vila passavam pela canalização e o arranjo na zona do vale do rio, sendo uma zona não urbanizada, no entanto, com a existência de jardins das casas nobres da Rua das Flores e a recusa dos seus proprietários em desfazerem-se dos jardins para a construção de fachadas nas traseiras das casas, o plano foi inviabilizado. Com isto, novas alternativas foram estudadas e terrenos foram cedidos entre as Portas do Olival e dos Carros – zona conhecida como Campo das Hortas – em 1691, para a construção de uma praça pública. “*Inspirada no modelo espanhol, a praça seria quadrada, com 120m de lado, desenvolvida sobre arcarias e cujo eixo norte-sul teve seu sucedâneo na actual Rua do Almada.*”<sup>12</sup> Com os diversos problemas que surgiram, o projeto foi abandonado em 1715. Mais tarde, no período de Sede Vacante (1718-1740) após D. Tomás de Almeida deixar o lugar da Sé do Porto, para patriarca de Lisboa, um novo plano para a praça apresentava-se menos ambicioso mas, melhor adaptado à topografia. “*A praça passa a ser de proporções mais modestas e desloca-se para o ângulo sudeste da quadra idealizada por D. Tomás de Almeida. (...) Entre 1718-1725, pode dizer-se, está perfeitamente definida a urbanização do Campo das Hortas.*”<sup>13</sup>

Durante os últimos anos referidos, está assente um investimento burguês, cuja classe económica estava em ascensão, e foram construídos vários palácios, reagindo assim aos critérios de renovação da cidade. Consequentemente, o clero, não deixando de se manifestar, promoveu construções de cariz aristocrático, começando com as obras na Sé. Para esse efeito, Nicolau

---

<sup>8</sup> Melo, M., (2000). *Projecto de reabilitação e valorização turística do centro histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal. Pág. 15

<sup>9</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 68

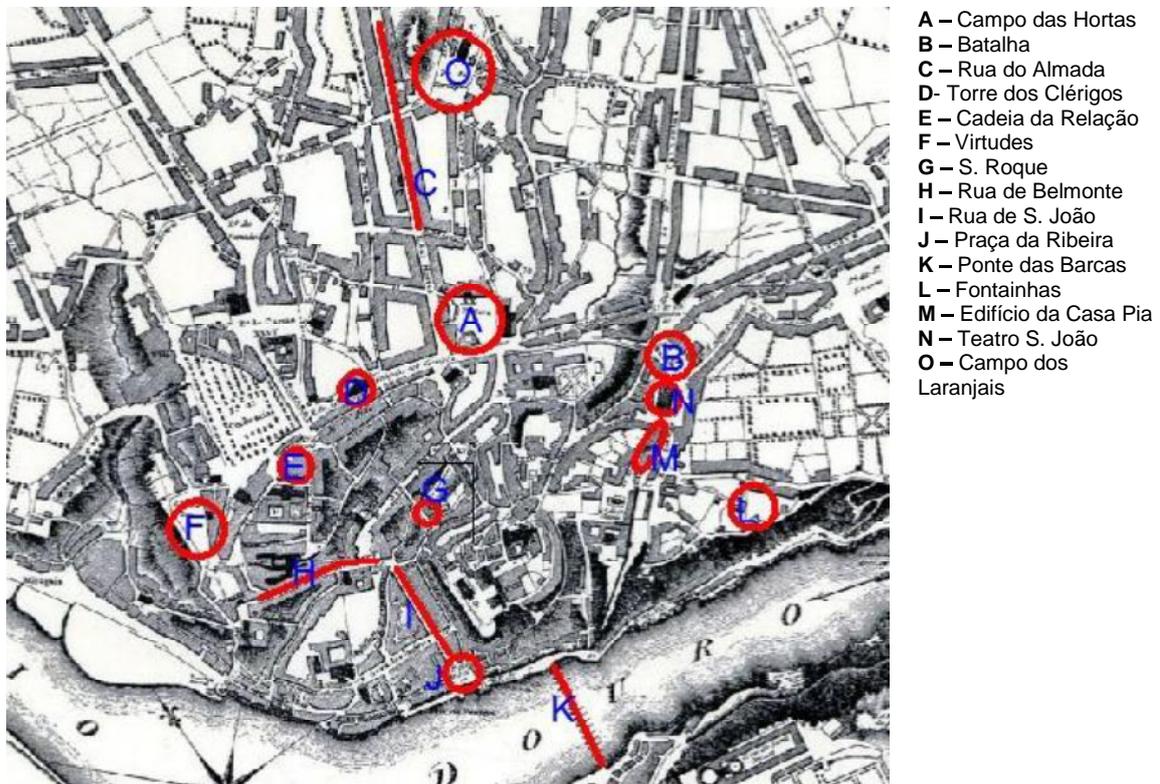
<sup>10</sup> Afonso, J. F. (2000). *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. (2ª ed.). Porto: Faup Publicações. Pág. 29

<sup>11</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 69

<sup>12</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 70

<sup>13</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 70

Nasoni, “em 1725 vem para o Porto, (...) realizando *quási totalidade dos seus trabalhos, onde são manifestos o uso do formulário arquitetónico do barroco toscano, a utilização dramática da escadaria italiana e o recurso aos efeitos da pintura ilusionista.*”<sup>14</sup> A construção na Sé, data de 1734, e outra grande intervenção na cidade foi a Igreja e Torre dos Clérigos, entre 1732-1749. A tendência de linguagem usada nestes exemplos veio a partir de conceitos decorativos. Nasoni deixou também apontamentos em outros edifícios, especialmente em igrejas.



**Figura 2**  
Identificação de lugares e edifícios na Planta Redonda. Fonte: Arquivo Municipal

João de Almada detém um papel importante no que diz respeito a mudanças urbanísticas de bastante importância na cidade do Porto. A sua vinda, em 1757<sup>15</sup>, foi motivada pelo motim popular causado pelo descontentamento da população devido à criação da Companhia de Agricultura das Vinhas do Alto-Douro, em 1756<sup>16</sup>, a pedido de lavradores e comerciantes do vinho do Porto, pois a produção deste estava a ser alvo de fraudes, e a companhia passaria a garantir a qualidade e aumentar a procura internacional.

A segunda metade do século XVIII em Portugal representou mudanças urbanísticas que no Porto refletiram-se pela necessidade de criar novas ruas e praças públicas, assim como alargar as já existentes.<sup>17</sup> João de Almada e Melo, “*figura de proa do futuro processo de transformação*

<sup>14</sup> Ferrão, J. B. (1997). *Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadás: 1758 – 1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina.* (3ª ed.). Porto: Faup. Pág. 156

<sup>15</sup> Alves, J. J. B. F. (1988). *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras públicas. Volume I.* Porto: Edição de Autor. Pág. 3.

<sup>16</sup> Mandroux-França, M. T. (1985). *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII.* Porto: Câmara Municipal. Pág. 8.

<sup>17</sup> Alves, J. J. B. F. (1988). *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras públicas. Volume I.* Porto: Edição de Autor. Pág. 12.

*urbana portuense*<sup>18</sup>, funda em 1758 a tão importante Junta das Obras Públicas do Porto que seria então a entidade responsável dos novos programas urbanísticos.

Em 1769 iniciavam-se os trabalhos intramuros, “*com a reforma da Praça da Ribeira, a abertura da Rua de S. João e a criação da Praça de S. Roque,*” para “*captar a circulação proveniente do velho burgo.*”<sup>19</sup> Na zona extramuros a orientação direcionada pela Junta era a criação e/ou regularização de eixos de escoamento.

Com o Plano de Melhoramentos de 1784 é possível compreender as diretrizes da ação da Junta e ter uma “*visão global da transformação urbana em curso*”.<sup>20</sup>

“*Este plano, além de definir os vectores de expansão da cidade, criará normas relativas à construção dos edifícios. Estabelecem-se, nesta altura, princípios gerais quanto à composição das fachadas, obedecendo a uma regularidade tipológica de inspiração neoclássica.*”<sup>21</sup>

De grande importância foram também os novos edifícios civis, que predominaram, ao contrário do período anterior, como a nova Cadeia da Relação, o Hospital do Carmo, a Casa Pia e o Teatro de S. João, assim como os arranjos de jardins públicos, nascendo uma espécie de varandas com vista para o rio Douro, como as Fontainhas e Virtudes.

“*O Porto dos Almadás, principalmente no tempo de João de Almada e Melo, procurou como cidade ultrapassar a fronteira da sua própria realidade, que com o decorrer do tempo, foi renascendo do sonho e da utopia.*”<sup>22</sup> O sucessor de João de Almada, seu filho, Francisco de Almada, analisou novamente a atividade do comércio do vinho do Porto, e principalmente a relação entre as duas margens do rio Douro, sendo então projetado no seu tempo uma ponte, com o estudo de Carlos Amarante, em 1802, no entanto, questões de ordem técnica levaram à substituição pela ponte das barcas, em 1806.<sup>23</sup>

“*No século XIX, o Porto continua a ter um importante poder político (com a Revolução Liberal de 1820, o Cerco do Porto e a Revolta Republicana de 31 de Janeiro de 1891), social, económico, (...) financeiro e cultural.*”<sup>24</sup> Este é um período de prosperidade financeira, marcado pelo desenvolvimento industrial e comercial, levando a que a população se tenha deslocado para a cidade, determinando um aumento rápido da população. Com isto, construíram-se as pontes de ferro e surge também a primeira linha de caminhos-de-ferro, assim como a estação ferroviária de Campanhã e mais tarde a de São Bento.

---

<sup>18</sup> Ferrão, J. B. (1997). *Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadás: 1758 – 1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*. (3ª ed.). Porto: Faup. Pág. 187.

<sup>19</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 70

<sup>20</sup> Ferrão, J. B. (1997). *Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadás: 1758 – 1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*. (3ª ed.). Porto: Faup. Pág. 190.

<sup>21</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 71

<sup>22</sup> Alves, J. J. B. F. (1988). *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras públicas. Volume I*. Porto: Edição de Autor. Pág. 13.

<sup>23</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 71

<sup>24</sup> Melo, M., (2000). *Projecto de reabilitação e valorização turística do centro histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal. Pág. 15

“Assim, o Porto tem cerca de 20.000 habitantes em 1732, 43.000 habitantes em 1801 e 55.000 habitantes em 1838. Mas em 1864, quando é feito o primeiro recenseamento geral, tem já 86.751; logo em 1878 sobe para 105.838 e em 1890 tem 138.860.”<sup>25</sup>

É importante salientar que, com o crescimento populacional, agravam-se os problemas de alojamento e como tal, criam-se o que se conhece como ilhas. As ilhas são casas com dimensões reduzidas, organizadas dentro de quarteirões e a sua localização está relacionada com a proximidade de fábricas. No fim do século XIX já era possível identificar ilhas em vários locais da cidade.

O desenvolvimento do Porto no século XX foi fortemente marcado pela elaboração de planos de forma a combater as preocupações de ordenamento e planeamento urbanísticos. Em 1914, foi o início do concurso para o “*Plano de Melhoramentos e Ampliação da cidade do Porto, no qual a intervenção do britânico Barry Parker teve papel preponderante. De 1914 a 1962, verificaram-se dez Planos Urbanísticos que culminaram com o Plano Director Municipal da Cidade do Porto, e 1962, da autoria de Robert Auzelle.*”<sup>26</sup>

É no início do século XX que se deu a criação de um novo centro cívico da cidade, com a Avenida dos Aliados, abrindo para norte a Praça da Liberdade, e, a norte, é rematado pelo edifício dos Paços do Concelho, 1920-1957.<sup>27</sup> Barry Parker foi o responsável pela elaboração deste projeto.

Em 1916 é apresentado por A. C. Cunha Morais o plano conhecido como “Os Melhoramentos da Cidade do Porto”. Neste plano, o autor baseia-se em realizações urbanísticas como as de Paris e Barcelona, sobrepondo uma malha reticulada à estrutura já existente, com isto, perdia-se a importância do centro histórico tradicional.<sup>28</sup> Este plano previa também uma avenida paralela à Avenida da Boavista, e um atravessamento do rio a ocidente da ponte Luiz I, no lugar da Arrábida. Esta ponte mantém-se programa em diversos planos, só vindo a ser contruída no início da década de 60. Tendo em atenção o facto de a Avenida dos Aliados ainda não ter sido aberta, Cunha Morais registou também os seus pensamentos para a Avenida Central, indicando também a localização dos Paços do Concelho.

Em 1932, foi publicado por Ezequiel de Campos o “Prólogo ao Plano da Cidade do Porto”, prestando atenção ao facto da cidade encontrar-se concentrada na área de ocupação tradicional, sem algum género de zonamento, e com falta de articulação entre as áreas que estavam em processo de desenvolvimento, Boavista, Campo Alegre, assim como até ao porto de Leixões.

Mais tarde, ainda na década de 30, foi contratado Marcelo Piacentini, arquiteto italiano, para controlar os estudos que os Serviços da Câmara tinham realizado, e com isto, existiu um programa de obras públicas iniciado por ordem do Estado. Até 1962, ano que Robert Auzelle apresentou o “Plano Director”, “*a história do desenvolvimento urbano do Porto é pautada pela elaboração do plano geral – drama em vários actos – tarefa que ultrapassa a capacidade técnica da*

---

<sup>25</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 73

<sup>26</sup> Delgado, A. P. (coord.), Loza, R. R. (coord.), Guimarães, M. (coord.), (2010). *Plano de gestão: centro histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal. Pág. 46

<sup>27</sup> Melo, M., (2000). *Projecto de reabilitação e valorização turística do centro histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal. Pág. 15

<sup>28</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 78

*Câmara.*<sup>29</sup> O que falhava, nos estudos realizados pela Câmara, era a falta de levantamentos topográficos, e não os conseguia realizar de forma rápida. Ainda no “Plano Regulador” de Antão Almeida Garrett, apresentado no ano de 1952, esta situação é referida. Nos planos de 1952 (“Plano Regulador”) e 1962 (“Plano Director”), estavam subjacentes “os problemas de circulação interna, do atravessamento da cidade, do zonamento residencial e industrial, da articulação da mancha urbana original com as áreas a conquistar na zona poente”.<sup>30</sup>

De todos os planos que se realizaram no século XX, o plano de Auzelle foi o que mais marcou a cidade na segunda metade do século. O plano era bastante completo e fazia-se acompanhar de representações gráficas e as partes escritas surgiam para completarem os desenhos.

Ao longo deste século, deparou-se que a cota alta da cidade tendeu a ganhar uma maior importância devido à presença do centro cívico, levando a que zonas como a Ribeira ficassem degradadas. Com estudos realizados apontando a conservação e recuperação destes espaços, em 1960, tornou-se consciente o valor patrimonial desta zona. Importantes organismos surgiram, como o caso do CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo), em resposta a resolverem os problemas de forma eficiente. Em 1977, foi apresentada uma proposta para que a área de intervenção do CRUARB fosse alargada de forma a abranger mais áreas degradadas das freguesias de Miragaia, S. Nicolau, Vitória e Sé. A preocupação de preservar o Centro Histórico do Porto ganhou moldes com a candidatura ao programa de Reabilitação Urbana, apresentada pela Câmara Municipal, levando assim a um contrato assinado, e ao gabinete do CRUARB passar a ser um gabinete técnico local junta das áreas a reabilitar. Este projeto municipal passou a denominar-se por CRUARB/CH – Projeto Municipal de Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto.<sup>31</sup>

*“É preciso sublinhar que um dos principais objectivos do plano de urbanismo subjacente ao trabalho do CRUARB é a reabilitação do Centro Histórico, que se deteriorava desde à muitas décadas, bem como a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.”*<sup>32</sup>

A atividade realizada, por este projeto, impulsionou a apresentação da candidatura do Centro Histórico do Porto à UNESCO, para classificação como Património Cultural da Humanidade em 1991, vindo a ser reconhecido em 1996.

Já no século XXI, em 2003, foi declarado extinta a ação do CRUARB/CH, mas, a reabilitação urbana da Baixa Portuense continua em destaque. Foi criada uma entidade de capitais públicos com o nome de Porto Vivo, SRU. *“À Porto Vivo, SRU cabe o papel de orientar o processo, elaborar a estratégia de intervenção e actuar como medidor entre proprietários e arrendatários e, em caso de necessidade, tomar a seu cargo a operação de reabilitação, com os meios legais que lhe foram conferidos.”*<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 79

<sup>30</sup> Loza, R. R., (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal. Pág. 79

<sup>31</sup> Acedido Outubro, 23, 2015, em <http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/22941/>

<sup>32</sup> Melo, M., (2000). *Projecto de reabilitação e valorização turística do centro histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal. Pág. 16

<sup>33</sup> Delgado, A. P. (coord.), Loza, R. R. (coord.), Guimarães, M. (coord.), (2010). *Plano de gestão: centro histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal. Pág. 68

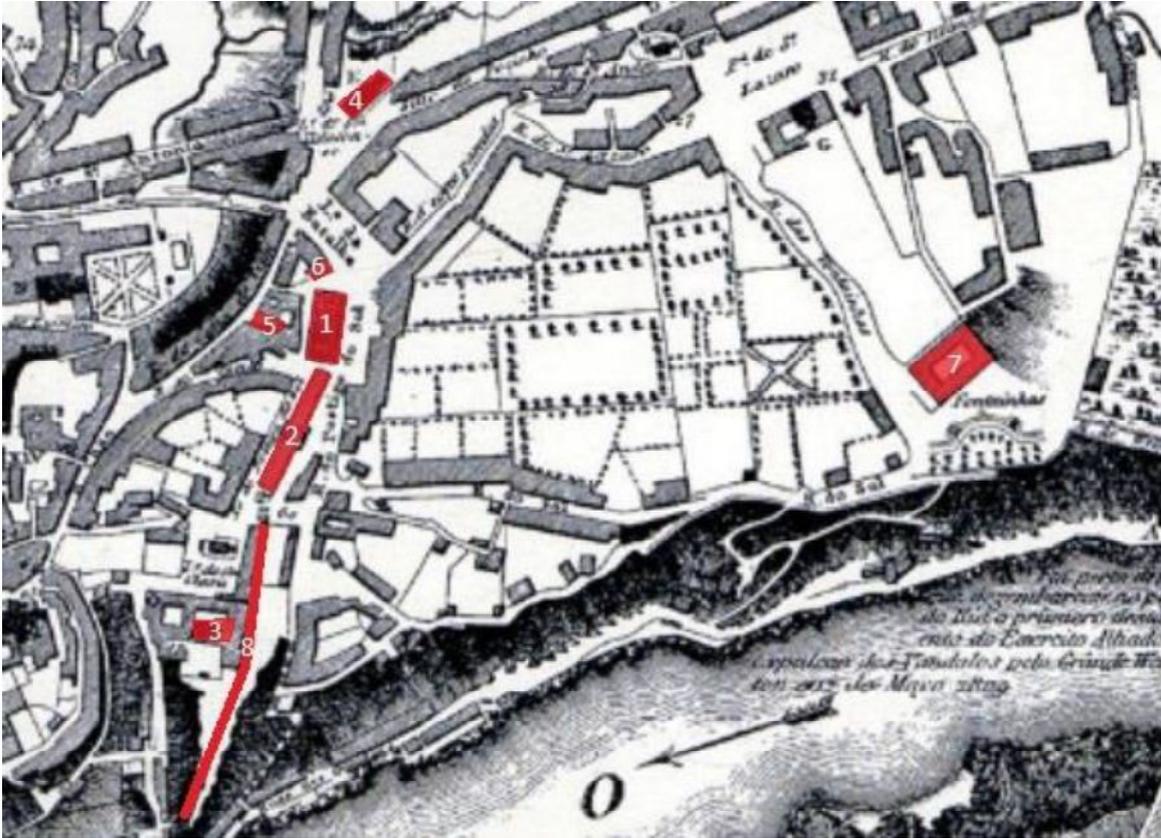
Ainda a respeito da decisão da UNESCO, o critério de classificação a Património Mundial foi: “*Excelente exemplo de um tipo de construção ou de um conjunto arquitectónico ou tecnológico ou paisagístico ilustrando um ou vários períodos significativos da história da Humanidade.*”<sup>34</sup>

## Capítulo II. Caracterização da área de estudo

---

<sup>34</sup> Delgado, A. P. (coord.), Loza, R. R. (coord.), Guimarães, M. (coord.), (2010). *Plano de gestão: centro histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal. Pág. 47

“A «Planta Redonda» põe em evidência a localização, muito especial, da segunda cidade do Reino, nascida do cruzamento de vias terrestres e fluviais”<sup>35</sup>.



**Figura 3**  
 Detalhe da planta de 1813. Fonte: Arquivo Municipal

Na planta de 1813, o atual local do Parque das Camélias é composto por terrenos agrícolas, e com frente construída nas ruas de São Lázaro, de entre paredes, do Postigo do Sol e em parte da rua do Sol. A rua das Fontainhas ainda se encontra na sua maioria com frente não construída. Encontram-se já registados o edifício do Teatro São João (Fig.3: 1), da Casa Pia (Fig.3: 2), as igrejas de Santa Clara (Fig.3: 3), de Santo Ildefonso (Fig.3: 4), da Ordem do Terço (Fig.3: 5), e também a capela da Batalha (Fig.3: 6), no largo da Batalha. Nesta planta está também representado o matadouro (Fig.3: 7) nas fontainhas, e parte da muralha Fernandina (Fig.3: 8), até ao Postigo do Sol.

O Postigo do Sol, também conhecido como Postigo de Santo António do Penedo, ou Postigo de Santa Clara, foi substituído pela Porta do Sol, entre 1767 e 1769. A Porta do Sol era uma passagem mais larga que pretendia facilitar a comunicação intramuros com a região extramuros, que começava a ganhar maior importância. “*Construída ao gosto neoclássico, (...) formada por um arco pleno e encimada por um frontão triangular, aberta para nascente e poente, o tímpano exterior*

<sup>35</sup> Mandroux-França, M. T. (1985). *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*. Porto: Câmara Municipal. Pág. 2.

com as armas reais, o interior com um Sol com raios, (...) ostentava uma inscrição glorificando o Rei e... o próprio João de Almada.”<sup>36</sup> Para a construção desta porta foi necessário demolir uma torre e parte do muro, que mais tarde foi reconstruído, no entanto, a muralha medieval já havia perdido o valor defensivo e mesmo assim, João de Almada tentara preservá-la. Após a sua morte, a demolição da muralha é proposta em Dezembro de 1787. Esta demolição decorreu de vários acordos e negociações, assim como novas prioridades, por isso, abandonou-se os projetos de reestruturação da cidade antiga, aprovados em 1784.<sup>37</sup>

A rua do Sol abriu-se fora do Postigo do Sol, no local onde se estendiam vários campos, num local conhecido como Vale de Asnos, onde existia a Quinta dos Matadouros. Em 1717, a posse ficou a cargo do cônego Domingos Ribeiro Neves, mudando o nome para Quinta da Boa Vista. Mais tarde, já a cargo dos seus sobrinhos, em 1755, este local foi doado à Misericórdia do Porto começando depois a sua urbanização.<sup>38</sup>

A rua do Postigo do Sol, mais tarde terá a denominação de rua da Batalha (representado na planta de 1865), mas também já foi conhecida como rua do Matadouro.<sup>39</sup>

Os largos da Batalha e de Santo Ildefonso apresentam edifícios que representam uma importância até hoje, e algumas mudanças, quer em edifícios, quer em espaço exterior, também refletiram o seu contributo para fazer deste espaço aquilo que hoje é.

Na planta de 1813 está assim representada a capela de Nossa Senhora da Batalha<sup>40</sup> (demolida em 1924). A primitiva capela de Nossa Senhora da Batalha situava-se em frente da Porta de Cimo de Vila, ou seja, extramuros. A capela que a substitui foi construída mais a sul, o que levou a uma melhoria da circulação entre a zona da Porta do Sol e as novas ruas que ganhavam importância, a Rua de Santo António, atual Rua 31 de Janeiro, e a Rua Santa Catarina, e também a uma praça mais desafogada e vasta. A demolição da primeira capela foi entre 1792 – 1793 e logo após deu-se a construção da nova capela de Nossa Senhora da Batalha que tinha sido impingida a Francisco de Almada e Mendonça pelo ministro Luís Pinto de Sousa. Em Janeiro de 1799 a capela é dada como concluída. As informações relativas a autores do desenho foram destruídas devido a um incêndio na capela antes de 1816, destruindo assim o seu arquivo.

---

<sup>36</sup> Nonell, A. G., (2002). *Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: Faup Publicações. Pág. 172.

<sup>37</sup> Nonell, A. G., (2002). *Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: Faup Publicações. Pág. 257.

<sup>38</sup> Freitas, E. A. C. (1999). *Toponímia Portuense*. Porto: Contemporânea Editora. Pág. 323.

<sup>39</sup> Freitas, E. A. C. (1999). *Toponímia Portuense*. Porto: Contemporânea Editora. Pág. 50.

<sup>40</sup> Alves, J. J. B. F., (1988). *O porto na época dos Almadás: Arquitectura. Obras públicas*. (Volume I). Porto: Edição de Autor. Págs. 266 à 268.



**Figura 4**

Largo da Batalha. Fonte: Arquivo Municipal



**Figura 5**

Capela da Batalha. Fonte: Arquivo Municipal

“A demolição da Porta de Cimo de Vila (...) e a mudança da capela da Batalha (...) para sítio mais acomodado, levam a ponderar a reestruturação dos largos de Santo Ildefonso e Batalha, lugar de confluência de velhos caminhos e novas ruas. (...) O Largo de Santo Ildefonso fora terraplanado em 1786, e no ano seguinte, já depois da morte de João de Almada, (...) é arrematada a obra de remodelação da escada da igreja de Santo Ildefonso.”<sup>41</sup>

O fator que impulsionou a remodelação desta área foi a abertura da rua de Santo António, em 1785. “A nova rua permitira uma ligação directa entre a parte alta da freguesia de Santo Ildefonso e a praça das Hortas, e desta, através das ruas da Natividade e dos Clérigos com a Cordoaria.”<sup>42</sup> A Igreja de Santo Ildefonso foi reconstruída entre 1724 e 1730, no lugar onde existia uma ermida, e com esta nova rua, passara a ganhar um maior enquadramento urbano, e também a rivalizar em monumentalidade com a Igreja dos Clérigos.

Com a ação da Junta de Obras Públicas, e pela iniciativa de Francisco de Almada e Mendonça, um dos tipos de edifícios novos para a cidade foi o teatro. Este edifício não surgiu de uma adaptação ou reconstrução, mas sim uma edificação nova, situada na zona sul da Praça da Batalha, com a finalidade de exhibir espetáculos teatrais que até então eram realizados em ruas e largos, como a zona do jardim da Cordoaria.

Este teatro, inicialmente conhecido como Teatro do Príncipe, foi construído a partir de 1796 e inaugurado em 13 de Maio de 1798. O arquiteto foi Vicente Mazzoneschi, 1747 – 1807, italiano que possivelmente veio para o porto a partir de Fevereiro de 1796. A construção deste teatro foi marcada pela constante falta de verbas tornando um teatro que deveria ter uma dignidade própria, num edifício incaracterístico. “Originalmente, o edifício era constituído por 4 andares, com janelas de peitoril. Na fachada principal tinha um brasão real e, sobre ele, uma inscrição”<sup>43</sup>.

<sup>41</sup> Nonell, A. G., (2002). *Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: Faup Publicações. Págs. 264 e 265.

<sup>42</sup> Alves, J. J. B. F., (1988). *O porto na época dos Almadãs: Arquitectura. Obras públicas*. (Volume I). Porto: Edição de Autor. Pág. 244.

<sup>43</sup> Santos, J. e Sereno, I. (1994) *Teatro de São João*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Acedido Outubro 13, 2015, em [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5524](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5524)



**Figura 6**  
Teatro Príncipe. Fonte: Arquivo Municipal



**Figura 7**  
Teatro Príncipe após o incêndio. Fonte: Arquivo Municipal

No entanto, estavam representados, em seis plantas, projetos que levariam a que o edifício se tornasse mais notável, mas que com a contenção das despesas não foi possível realizar. Essas plantas acabariam por ser destruídas com o incêndio de 1908.<sup>44</sup>

O novo projeto para o teatro é da autoria de José Marques da Silva, aprovado pela Câmara Municipal do Porto em 1910, concluído em 1918, e inaugurado passados dois anos. A frente do novo teatro corresponde a um alinhamento da Rua Alexandre Herculano levando a que seja demolida a capela da Nossa Senhora da Batalha, em 1924.

Mais tarde, em 1932 foi criado uma cabine de projeção funcionado então como cinema, pela designação de São João Cine. Mais recentemente o edifício foi classificado como Imóvel de Interesse Público, em 1982, e dez anos mais tarde o teatro é adquirido pelo Estado à família Pinto da Costa. A designação de Teatro Nacional de São João foi dada após as obras de remodelação em 1995.<sup>45</sup>

As demolições que iam da Porta do Sol até Cimo de Vila levaram a que *“grande parte do espaço ocupado pela muralha daria lugar a três novos edifícios: a Casa Pia; o Teatro de S. João e a nova capela de Nossa Senhora da Batalha.”*<sup>46</sup>

O edifício da Real Casa Pia de Correção e de Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas foi fundado por provisão de D. Maria I, entre a Porta do Sol e a praça da Batalha, iniciada a construção em 1790 e terminada após dois anos. O desenho do edifício esteve a cargo de Reinaldo Oudinot e a sua execução foi entregue ao arquiteto da cidade Teodoro de Sousa Maldonado. *“Exteriormente é constituído por dois pisos, com janelas de peitoril, tendo a fachada principal um corpo ligeiramente saliente. Este forma o único sector que dá ao edifício dentro da sua grande simplicidade, uma certa nobreza. A dignidade do granito que contrasta com a brancura dos corpos laterais, a varanda corrida do primeiro andar, com as suas três janelas de sacada, e o*

<sup>44</sup> Alves, J. J. B. F., (1988). *O porto na época dos Almas: Arquitectura. Obras públicas.* (Volume I). Porto: Edição de Autor. Págs. 124 à 127.

<sup>45</sup> Santos, J. e Sereno, I., (1994) *Teatro de São João.* Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Acedido Outubro 13, 2015, em [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5524](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5524)

<sup>46</sup> Alves, J. J. B. F., (1988). *O porto na época dos Almas: Arquitectura. Obras públicas.* (Volume I). Porto: Edição de Autor. Pág. 252.

*frontão que remata p conjunto, onde se encontram as armas reais, são os elementos que enobrecem o frontispício da Casa Pia.”<sup>47</sup>*

Após a conclusão do edifício a sua função inicial – quartel das Partidas Avulsas – daria lugar a outros fins. Até 1832, o andar térreo tinha como ocupação uma prisão e os restantes pisos funcionavam como secretariado da guarnição do Porto e algumas residências para oficiais da Guarda Real da Policia. Ainda antes de albergar o Quartel General da 3ª Divisão Militar, em 1836, foi convertido em sede de repartição, pagadoria militar, estação telegráfica elétrica e governo civil. Em 1875 deu-se a demolição do arco da Porta do Sol permitindo uma ampliação do edifício.<sup>48</sup> O aspeto atual do edifício é conferido pelas obras de remodelação devido a um incêndio em Dezembro de 1847.<sup>49</sup>



**Figura 8**  
Edifício Real Casa Pia. Fonte: Arquivo Municipal



**Figura 9**  
Edifício Real Casa Pia. Fonte: Arquivo Municipal

Para além destes edifícios assinalados na planta de 1813, existe também o edifício do matadouro público. O matadouro encontrava-se inicialmente junto ao edificio da Casa Pia, no entanto, existia a necessidade da criação de um novo edifício que combatesse as necessidades da falta de espaço e as condições precárias em que a carne se encontrava. Assim, o pedido de construção de um novo matadouro foi aceite e confirmado em 1796. *“Escolhido o local, as Fontainhas, as obras tiveram início em 1797, concluindo-se, já depois do falecimento de Francisco de Almada e Mendonça, em 1808. Para recreio público, foi criada, em frente do novo matadouro, uma alameda, cujo traçado se poderá atribuir a José Francisco de Paiva. Com uma fonte, tanques para lavar roupa e árvores dispostas simetricamente, formaria, a partir dos primeiros anos do século XIX, um local de passeio para os portuenses.”<sup>50</sup>*

Na planta de 1813 estão representados grandes alterações e edifícios que dinamizaram este local, os principais acontecimentos até à data foram então, o início da demolição da muralha,

<sup>47</sup> Alves, J. J. B. F., (1988). *O porto na época dos Almadás: Arquitectura. Obras públicas.* (Volume I). Porto: Edição de Autor. Pág. 266.

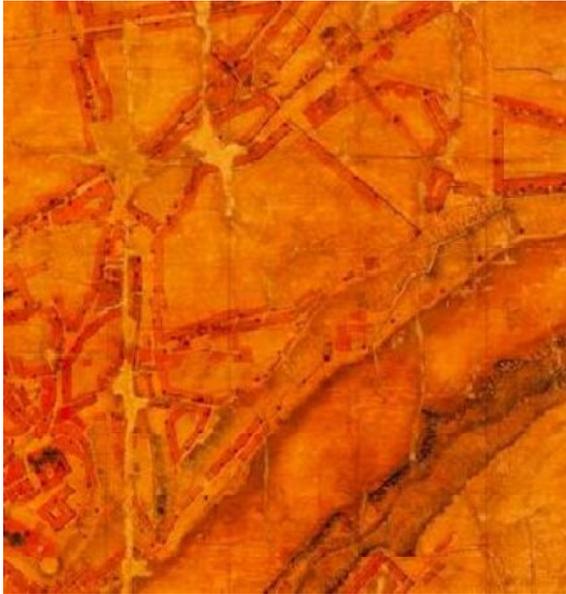
<sup>48</sup> Costa, P., (2003). *Casa Pia do Porto / Edifício do Governo Civil.* Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Acedido Outubro 13, 2015, em [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=20009](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20009)

<sup>49</sup> *Real Casa Pia do Porto.* Arquivo Distrital do Porto. Acedido Outubro 13, 2015, em <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=542469>

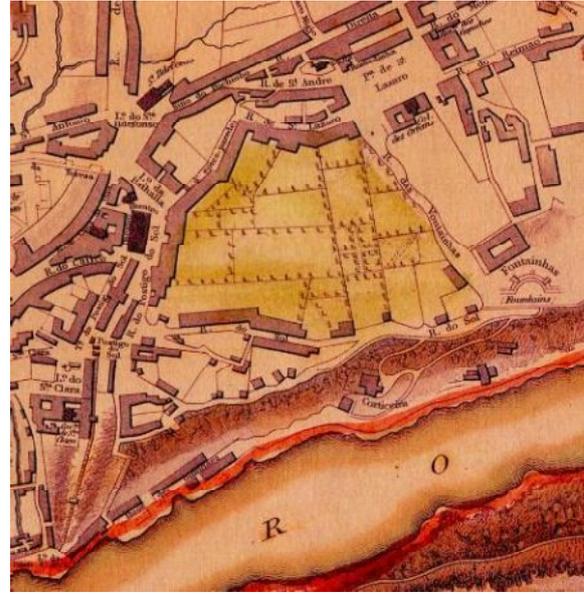
<sup>50</sup> Alves, J. J. B. F., (1988). *O porto na época dos Almadás: Arquitectura. Obras públicas.* (Volume I). Porto: Edição de Autor. Pág. 269.

a construção dos edifícios da Casa Pia e do Teatro S. João, os arranjos que ocorrem nos largos de Santo Ildefonso e da Batalha, e o deslocamento do matadouro para as Fontainhas.

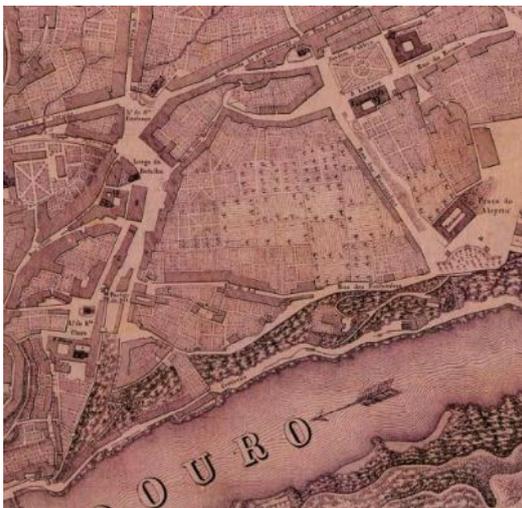
Nas representações das plantas que se seguem, 1824, 1833 e 1839, verifica-se que as alterações à planta de 1813 não são significativas. O local ainda se encontra com usos agrícolas e o desenho do quarteirão ainda é bastante diferente do atual. Contudo, na planta de 1865 algumas diferenças no desenho dos lotes já são visíveis.



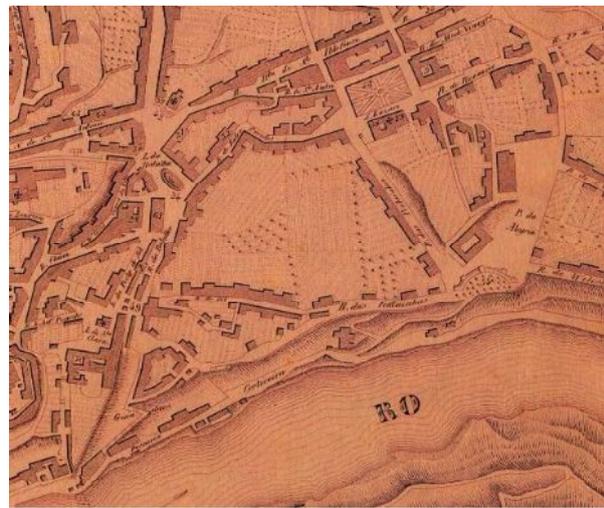
**Figura 10**  
Detalhe da planta de 1824. Fonte: Arquivo Municipal



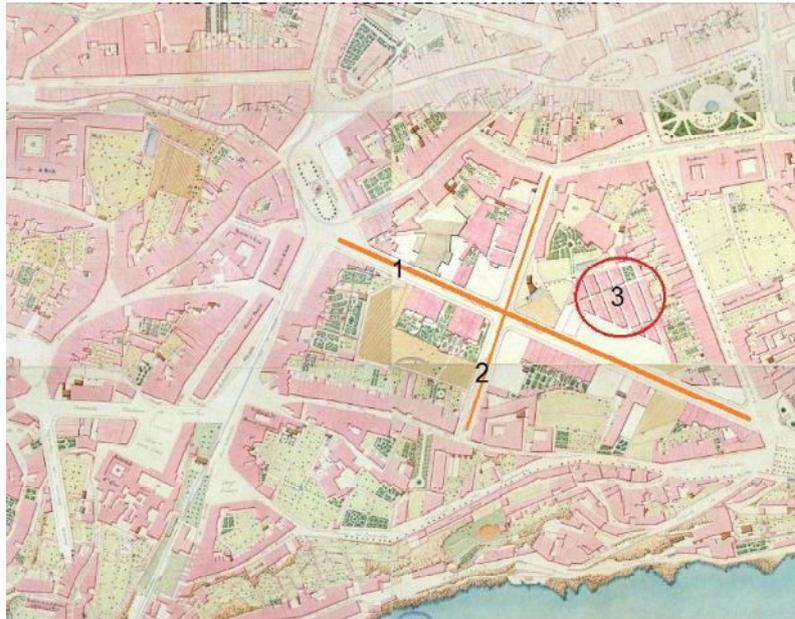
**Figura 11**  
Detalhe da planta de 1833. Fonte: Arquivo Municipal



**Figura 12**  
Detalhe da planta de 1839. Fonte: Arquivo Municipal



**Figura 13**  
Detalhe da planta de 1865. Fonte: Arquivo Municipal



**Figura 14**  
 Detalhe da Planta de 1892. Fonte: Arquivo Municipal

A planta elaborada por Augusto Gerardo Telles Ferreira foi concluída em 1892 e publicada um ano depois. Esta carta topográfica apresenta quase a totalidade das propostas apresentadas no Plano de Melhoramentos.

Esta planta é particularmente importante para esta análise, pois desde a planta de 1813, esta é a que tem representado alterações relativamente ao uso do quarteirão do Parque das Camélias. O quarteirão apresenta-se com os limites já bem definidos e que se manterão até atualmente. Os novos limites são então representados pela nova rua, a de Alexandre Herculano (Fig. 10: 1), com um desenho linear que faz a ligação da Praça da Alegria, nas Fontainhas, até à Praça da Batalha, assim como, pela rua Duque de Loulé (Fig. 10: 2), que se apresenta ortogonal à rua de Alexandre Herculano e liga as ruas de São Lázaro e do Sol. Estas ruas estão situadas num local conhecido como Vale de Asnos, ou da Asna e o seu projeto foi aprovado em 1875. A rua Alexandre Herculano foi inicial denominada como rua Nova da Batalha e mais tarde foi dada a alteração para o nome do historiador.<sup>51</sup> O interior do quarteirão já perdeu a exclusividade de possuir os vastos terrenos de usos agrícolas, aqui, a maior parte desse espaço são os logradouros dos lotes, mas, no entanto, o carácter de um espaço interior aberto permanece.

Uma das mudanças representadas nesta planta é a construção de uma ilha, conhecida como o Bairro Herculano (Fig. 10: 3). Como já referido, as ilhas apareceram devido ao aumento populacional com o desenvolvimento industrial e comercial. Esta ilha foi construída durante a década de 1880, como sendo um bairro operário. Este bairro destacava-se pelas condições que apresentava, sendo consideradas melhores que outras ilhas da cidade.

<sup>51</sup> Freitas, E. A. C. (1999). *Toponímia Portuense*. Porto: Contemporânea Editora. Pág. 24.

Nesta representação de 1903 o desenho dos quarteirões não sofre grandes alterações em comparação com a planta anterior, de 1892, da mesma forma que o quarteirão do Parque das Camélias não sofre alterações de grande magnitude.



**Figura 15**  
Detalhe da planta de 1903. Fonte: Arquivo Municipal



**Figura 16**  
Fotografia aérea de 1939-40. Fonte: Arquivo Municipal



**Figura 17**  
Fotoplano de 1958. Fonte: Arquivo Municipal



**Figura 18**  
Vista aérea da área de estudo. Fonte: Google Earth  
Identificação do quarteirão do Parque das Camélias

Com a introdução da central de camionagem no interior deste quarteirão, a diferença visível nos edifícios ao longo da rua do Sol com os da rua Alexandre Herculano torna-se ainda mais evidente, e é como se o quarteirão estivesse dividido por duas épocas distintas. A história comprava-o, tendo em conta que a abertura da rua Alexandre Herculano só é aprovada em 1875, e só então é dada a urbanização. Essa diferença é tanto dada na escala e volumetria dos edifícios como também pelo seu uso, a rua Alexandre Herculano é mais direcionada para serviços, enquanto que, a rua do Sol concentra-se bastante em edifícios habitacionais.

Mas as diferenças são também sentidas a outros níveis, pois o uso condiciona bastante a afluência da população, e claramente a rua do Sol manteve-se conservadora em termos de desenho urbano e de uso, e, nesta zona, é quase como uma rua auxiliar, de sentido único, muitas vezes utilizada apenas como estacionamento. Por outro lado, a rua Alexandre Herculano está condicionada pelas ligações que faz, levando a que os autocarros tenham uma presença constante, aumentando assim o fluxo de pessoas, e, conseqüentemente, os congestionamentos viários. Este carácter é transportado para a rua Augusto Rosa, de dimensão mais reduzida, mas igualmente com elevado fluxo viário.

A rua Duque de Loulé apresenta-se como uma rua de ligação e de saída, e que é procurada também como um desvio das ruas referidas anteriormente. A circulação automóvel é mais fluida, mas a presença de pessoas pelo carácter que a rua apresenta, é mais concentrada na zona norte da rua.

Pode dizer-se que esta zona é bastante frequentada, mas é procurada principalmente como local de passagem muito devido à sua localização e proximidade com determinados locais, como as estações de camionagem, os parques de estacionamento, a estação de comboios e de metro de São Bento, o Funicular dos Guindais, e também, pela proximidade de edifícios com elevado interesse patrimonial, como o Teatro São João, e, não muito longe, a igreja de Santa Clara e a Sé do Porto. Há também outros pontos de interesse que atraem os turistas, como a muralha Fernandina, a Praça da Batalha, e a proximidade com o Passeio das Fontainhas, e também pela ligação que esta zona faz com a tradicional rua comercial, a rua de Santa Catarina.

A intervenção no interior do quarteirão leva a que seja possível às pessoas a permanência neste espaço verde, mesmo sendo um espaço de passagem e de ligação, das ruas de Augusto Rosa e Duque de Loulé.

### **Capítulo III. Proposta de intervenção**

O terreno que é alvo de intervenção tem cerca de 57 metros de frente na Rua de Augusto Rosa, e 40 metros na Rua Duque de Loulé. Atualmente o Parque das Camélias funciona como Central de Camionagem da Batalha, sendo que o percurso efetuado pelos autocarros é único, com entrada pela Rua Duque de Loulé. No interior do quarteirão existe também um recinto desportivo e alguns edifícios de apoio. O programa para este local é um estabelecimento hoteleiro e prevê também que o interior do quarteirão seja redesenhado como um espaço de utilização pública, de forma a que exista um atravessamento pedonal pelo quarteirão, ligando as ruas de Augusto Rosa e Duque de Loulé.



**Figura 19**  
Planta do lote antes da intervenção (sem escala) Fonte: Autor

A cidade é um sistema em que todas as partes estão conectadas e funcionam pela relação que estabelecem entre si. Ao intervir na cidade é necessária a consciência da importância que ela representa na sociedade, assim como as consequências que advêm da intervenção. Como tal, prevê-se que ao intervir se colmatem as falhas deste sistema complexo, e que se contribua para uma requalificação equilibrada do espaço de forma a melhorar a qualidade do espaço público e de quem o usufrui.

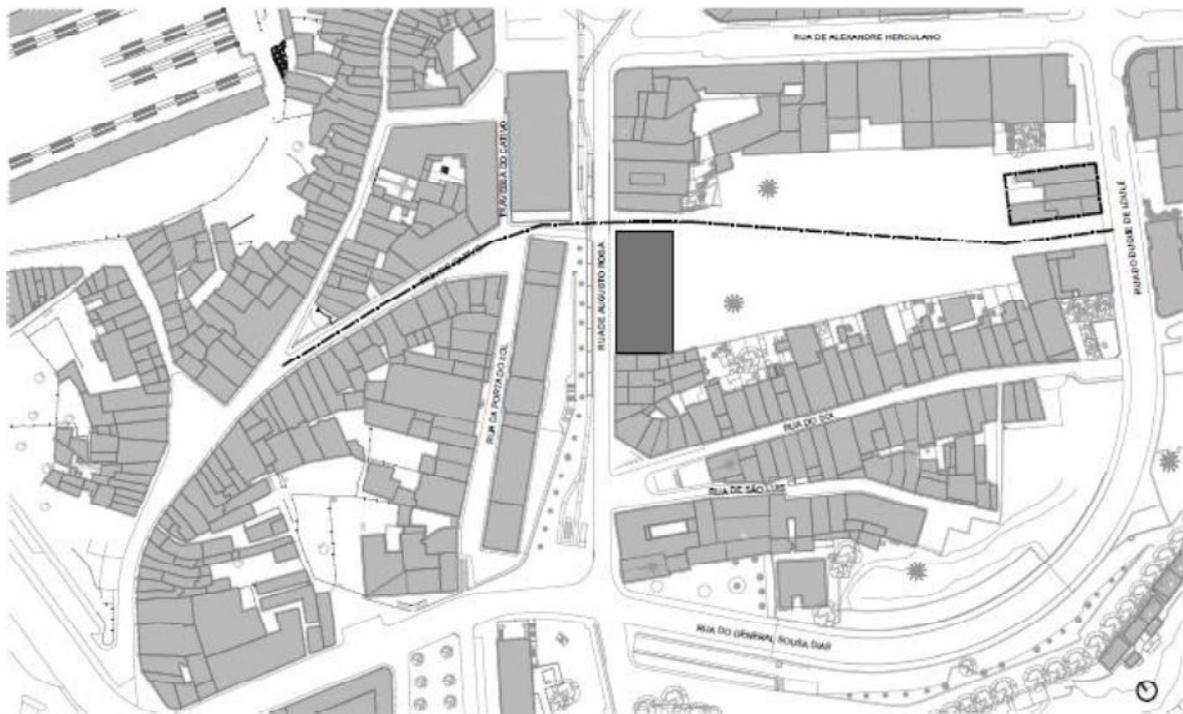
Os objetivos principais para esta intervenção foram:

- Consolidação da frente urbana, indo ao encontro do que está previsto no Plano Diretor Municipal (PDM) que assinala este quarteirão como Área de Frente Urbana Contínua em Consolidação indicando assim que, os novos edifícios deverão seguir os alinhamentos dos edifícios adjacentes.

- Demolir os edifícios do interior do quarteirão, mas prever um novo espaço para a prática desportiva.
- Libertar o interior do quarteirão, tornando-o num espaço verde com áreas privadas para o uso do hotel, e com áreas livres à população com a possibilidade de permanência no local.
- Reabilitar os edifícios degradados da frente da Rua Duque de Loulé.

Sendo estes os pontos de partida para intervir no quarteirão do Parque das Camélias, o processo interventivo foi-se desenvolvendo e tomando vários caminhos, especialmente volumétricos, até à proposta final - no entanto, alguns princípios foram mantidos no decorrer do projeto.

Os primeiros desenhos de um volume para o edifício do hotel partiram de um paralelepípedo, que consolidava a frente de rua, ficava contíguo aos edifícios mais a sul e deixava uma abertura do seu lado norte, que funcionava como entrada para o interior do quarteirão. Essa entrada para o interior do quarteirão foi planeada também enquanto, uma continuação do percurso da Rua do Cativo, em direção a nascente. Outra intenção que continuou ao longo do trabalho foi a de reabilitar o conjunto de edifícios da Rua Duque de Loulé.



**Figura 20**

Planta com a intenção do percurso pedonal e implantação (sem escala) Fonte: Autor

Nesta fase do trabalho, o espaço exterior ainda estava sem planeamento, apenas com a ideia de ser um espaço verde de acesso livre. Em termos de organização espacial do programa do edifício, existiam três áreas distintas: a área de serviços, num piso inferior que incluía um parque de estacionamento para uso do hotel; a área de carácter público, que seria o piso de entrada, dando acesso direto a áreas comuns como sala de estar, de jogos e sala de refeições, assim como a administração; e a área privada, que seriam os últimos pisos destinados aos quartos. A divisão dos

quartos era feita por um módulo que se multiplicava nos cantos de forma a criar as suítes. O acesso era feito através de um corredor central, criando uma ala de quartos com vista para o jardim e com orientação solar mais adequada, que os restantes quartos, que teriam vista para a Rua Augusto Rosa. O grande desafio desta proposta de implantação era a forma como o edifício e o terreno se relacionavam: havendo o intuito de criar um espaço privado para os utilizadores do hotel, essa intenção condicionava o espaço verde que se pretendia de acesso direto e uso público.

A nova proposta de implantação surgiu da ideia de criar um espaço exterior protegido de uso do hotel, que tivesse acesso direto ao espaço ajardinado. Este espaço exterior faz sentido na medida em que representa uma continuação do espaço interior, ou seja, a zona de bar e de estar prolongava-se para o exterior.

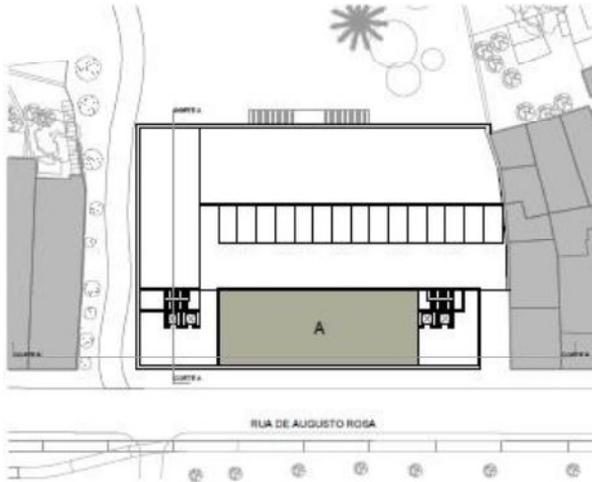


**Figura 21**  
Planta de implantação (sem escala) Fonte: Autor

A passagem do pátio do hotel para o jardim é realizada através de escadas que venciam a diferença de cotas. No jardim, do interior do quarteirão, está já representada a intenção de o pavilhão desportivo dar então lugar a um campo de jogos de acesso público, e também um espaço de apoio, como balneários. Está ainda desenhado um espaço que funciona como café. A vegetação colocada tem como objetivo camuflar os logradouros das casas, que estão todos virados para o jardim e, muitos deles encontram-se em mau estado de conservação, por isso, esta era uma questão que se pretendia resolver através da coluna arbórea.

Nesta proposta, o local para a implantação do edifício mantém-se, mas o seu volume é bastante diferente da primeira proposta. O paralelepípedo dá lugar a uma forma em “U”, no entanto,

o início da forma em “U” foi programado apenas para o piso 0, o de entrada que dava acesso às áreas comuns, permitindo assim a criação de um pátio exterior no “interior” do hotel. Os pisos dos quartos mantinham-se como a proposta anterior, mas a forma em “U” foi rapidamente adotada para o conjunto total do edifício. A organização espacial do programa funciona novamente pelas três áreas já referidas: a de serviços, a pública, e a privada. O piso -1 estava destinado ao parque de estacionamento, com entrada a partir da Rua Augusto Rosa, e às zonas de serviços, como lavandaria, balneários, e também a espaços técnicos. O piso 0 acolhia as zonas comuns, administração e cozinha para apoio da sala de pequenos-almoços. Os últimos dois pisos repetiam-se, e eram exclusivos para os quartos. A grande vantagem de um volume em forma de “U” é permitir que os quartos sejam todos virados para o interior do quarteirão, agora transformado em jardim, e assim permitindo maior conforto por estarem mais reservados aos ruídos que se sentem na agitação da Rua Augusto Rosa, e por outro lado a orientação solar é favorável a que os quartos estejam assim desenhados.



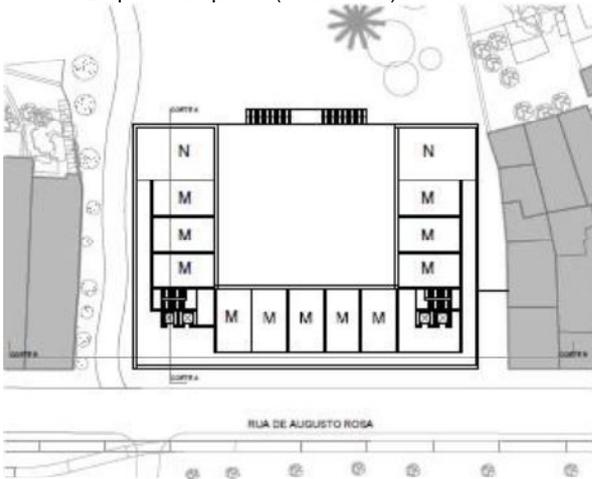
A – Serviços

**Figura 22**  
Esquema do piso -1 (sem escala) Fonte: Autor



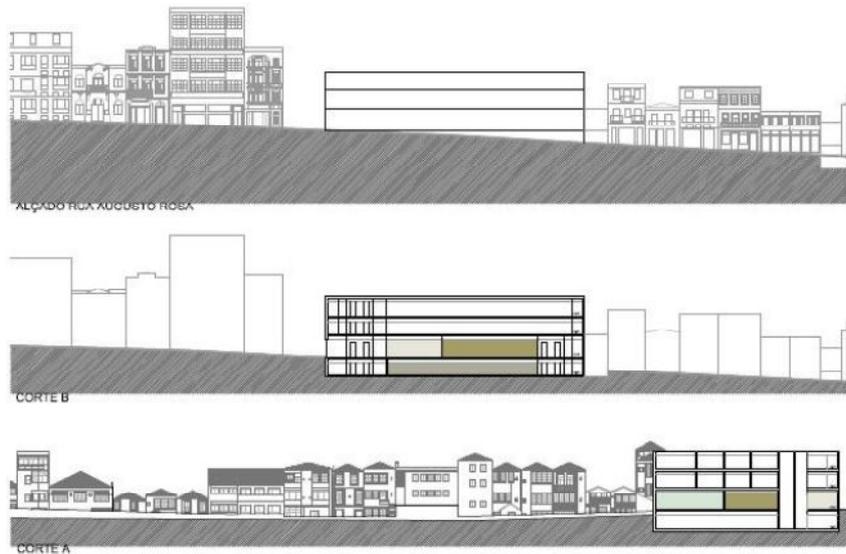
B – Sala de conferência  
C – Sala de estar  
D – Átrio  
E – Bagageira  
F – Back-office  
G – Recepção  
H – Sala de jogos  
I – Bar  
J – Copa do bar  
K – Sala de peq. Almoços  
L – Cozinha

**Figura 23**  
Esquema do piso 0 (sem escala) Fonte: Autor



M – Quarto duplo  
N – Suíte

**Figura 24**  
Esquema dos pisos 1 e 2 (sem escala) Fonte: Autor



**Figura 25**

Volume do alçado da Rua Augusto Rosa, corte longitudinal e corte transversal (sem escala) Fonte: Autor

Nesta fase de projeto a ideia de volume estava já consolidada, no entanto, algumas situações de organização espacial não funcionavam, e foram sendo alteradas. Uma delas estava relacionada com o número de quartos exigida pelo programa, sendo que esta solução de dois pisos para os quartos não era suficiente, levando a que fosse criado um último piso. A distribuição dos espaços no piso 0 também não funcionava em certos aspetos, visto que se pretendia que as zonas comuns fossem surgindo como uma sucessão de espaços, que interligavam entre si. A composição dos alçados também não estava definida. No espaço exterior, a posição do campo de jogos foi questionada assim como a existência do café. Através de uma análise às áreas envolventes deste espaço compreende-se rapidamente que a oferta de cafés é bastante elevada, não havendo necessidade então de preencher o espaço com outro. O traçado do percurso pedonal, que une as duas frentes do lote, é um desenho curvo, e o que falha nesta situação são os remates que o percurso faz com as ruas, não havendo algo que fosse suficientemente convidativo a “entrar” no quarteirão.

Tendo presentes estas questões, avançou-se para uma nova e final proposta, que conjugava os pontos positivos das anteriores e retificava as partes menos funcionais.



**Figura 26**

Planta de implantação final (sem escala) Fonte: Autor

O volume do edifício proposto sofreu alterações com a introdução de um último piso que colmata assim o número de quartos em falta e ainda acrescenta um espaço de sala de estar com a possibilidade de usufruir de espaço exterior, de uso exclusivo aos hóspedes do hotel. A distribuição para os quartos manteve-se com um corredor que os distribui e que se encontram voltados para o “interior” do edifício e para o jardim. No piso 0 os espaços surgem agora sequenciados e melhor distribuídos. As áreas comuns, como o caso das salas de estar e de jogos, o bar, o átrio, e ainda a sala de pequenos-almoços, encontram-se em redor do pátio exterior, permitindo o usufruo desse espaço. O piso -1 continua a ser destinado às áreas de serviço, ao parque de estacionamento e também à sala de conferências. A composição dos alçados exteriores é relacionada com o interior de cada espaço, criando assim no alçado da Rua Augusto Rosa aberturas a nível do piso 0 e o restante alçado não possui aberturas, pois, no interior, corresponde aos corredores de acesso aos quartos, não sendo este um espaço de permanência, mas sim de passagem/ligação. No alçado oposto, o piso 0 possui grandes aberturas que seguem um ritmo e permitem a permeabilidade entre esses espaços e o pátio exterior. Nos pisos dos quartos, a modelação das aberturas que dão acesso às varandas está estritamente relacionada com o desenho do quarto, criando, no exterior, um ritmo de parede/vidro.

O espaço exterior encontra-se agora mais organizado, e a ligação do pátio do hotel para o terreno ajardinado é feita através de uma rampa. Nas zonas de chegada ao lote, onde é possível a “entrada” para o interior do quarteirão, existe agora uma diferenciação de pavimentos que orienta a pessoa até ao início da passagem pedonal, esta que está agora desenhada de uma forma mais geométrica e mais relacionada com a topografia do terreno, cumprindo assim a sua função de ligação das duas ruas. A ideia do café é abandonada, e a posição do campo de jogos é revista,

sendo que, passa a existir dois campos de jogos e um edifício anexo de apoio à utilização do espaço desportivo. Estão também propostas zonas de estar e mobiliário urbano, com a criação de zonas de parque infantil, que convida assim a população envolvente a usufruir do espaço e a “habitar” a cidade. Mais próximo do hotel, o espaço ajardinado é ladeado por vegetação de forma, a que, esta zona tenha um carácter que aponte mais para uma utilização por parte do hotel. Os logradouros que se encontram voltados para o terreno são camuflados com uma coluna arbórea. A proposta para o conjunto de edifícios da frente da Rua Duque de Loulé, é uma reabilitação.

## **Considerações Finais**

Este trabalho de análise que culmina com uma proposta de intervenção, alerta para o facto de muitas vezes as respostas que precisamos de encontrar para ajudar a resolver questões relacionadas com o projeto de intervenção, podem ser encontradas através da análise histórica do local.

Neste caso, o estudo histórico do local revela que durante o desenvolvimento da cidade do Porto, desde os inícios do burgo no morro da Pena Ventosa, o quarteirão do Parque das Camélias manteve sempre o seu interior livre. Mais ainda, nas representações existentes em cartografia, o local do quarteirão apresenta-se com o uso para terrenos agrícolas e a sua forma urbana como hoje é conhecida está representada apenas a partir da planta de 1892, de Telles Ferreira. Mesmo com o desenho de quarteirão definido, o seu interior continuou livre nas representações dos mapas dos anos seguintes, e assim permaneceu até atualmente.

O facto de o quarteirão apresentar o seu interior livre desde a sua formação, teve influências diretas na intervenção proposta, em termos urbanos, através da criação de espaço verde, aberto e de ligação, mas com a possibilidade de permanência. Desta forma, manteve-se o local em conformidade com a sua história.

Intervir numa zona que se apresenta consolidada e definida e onde existem edifícios com interesse patrimonial e arquitetónico é um desafio. A história do local e dos edifícios devem ser preservados, e as novas intervenções, devem, sempre que possível, respeitar esses espaços. Os novos edifícios podem surgir como um elo entre os edifícios existentes, através da imagem do edifício, entre outros. No entanto, a intervenção proposta para o Parque das Camélias quebra a imagem dos edifícios envolventes, principalmente pela imagem que transmite no alçado da rua Augusto Rosa, no entanto, o edifício não existe para ofuscar os envolventes, nomeadamente o Teatro S. João, mas sim para centrar-se em si próprio e no espaço exterior envolvente.

## Bibliografia

Afonso, J. F. (2000). *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. (2ª ed.). Porto: Faup Publicações.

Alves, J. J. B. F. (1988). *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras públicas. Volume I*. Porto: Edição de Autor.

Carvalho, T. P. (coord), Guimarães, C. (co-autor), Barroca, M. J. (co-autor), (1996). *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal: CRUARB/CH.

Delgado, A. P. (coord.), Loza, R. R. (coord.), Guimarães, M. (coord.), (2010). *Plano de gestão: centro histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal.

Dionísio, S. (coord.) (1994). *Guia de Portugal IV Entre Douro e Minho I - Douro Litoral*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Fernandes, F. B. (1999). *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto: Faup Publicações.

Ferrão, J. B. (1997). *Projecto de transformação urbana do Porto na época dos Almadás: 1758 – 1813: uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*. (3ª ed.). Porto: Faup publicações.

Freitas, E. A. C. (1999). *Toponímia Portuense*. Porto: Contemporânea Editora.

Loza, R. R. (1996). *Porto a património mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade 1993*. (2ª ed.). Porto: Câmara Municipal.

Machado, A. S. (1968). *O Porto Mediévico. Problemas de Portucale*. Porto: Livraria Tavares Martins.

Mandroux-França, M. T. (1985). *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*. Porto: Câmara Municipal.

Melo, M., (2000). *Projecto de reabilitação e valorização turística do centro histórico do Porto*. Porto: Câmara Municipal.

Moraes, A. C. C., (1916). *Os Melhoramentos da Cidade do Porto*. Porto: Typographia Pereira.

Nonell, A. G., (2002). *Porto, 1763/1852: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: Faup Publicações.

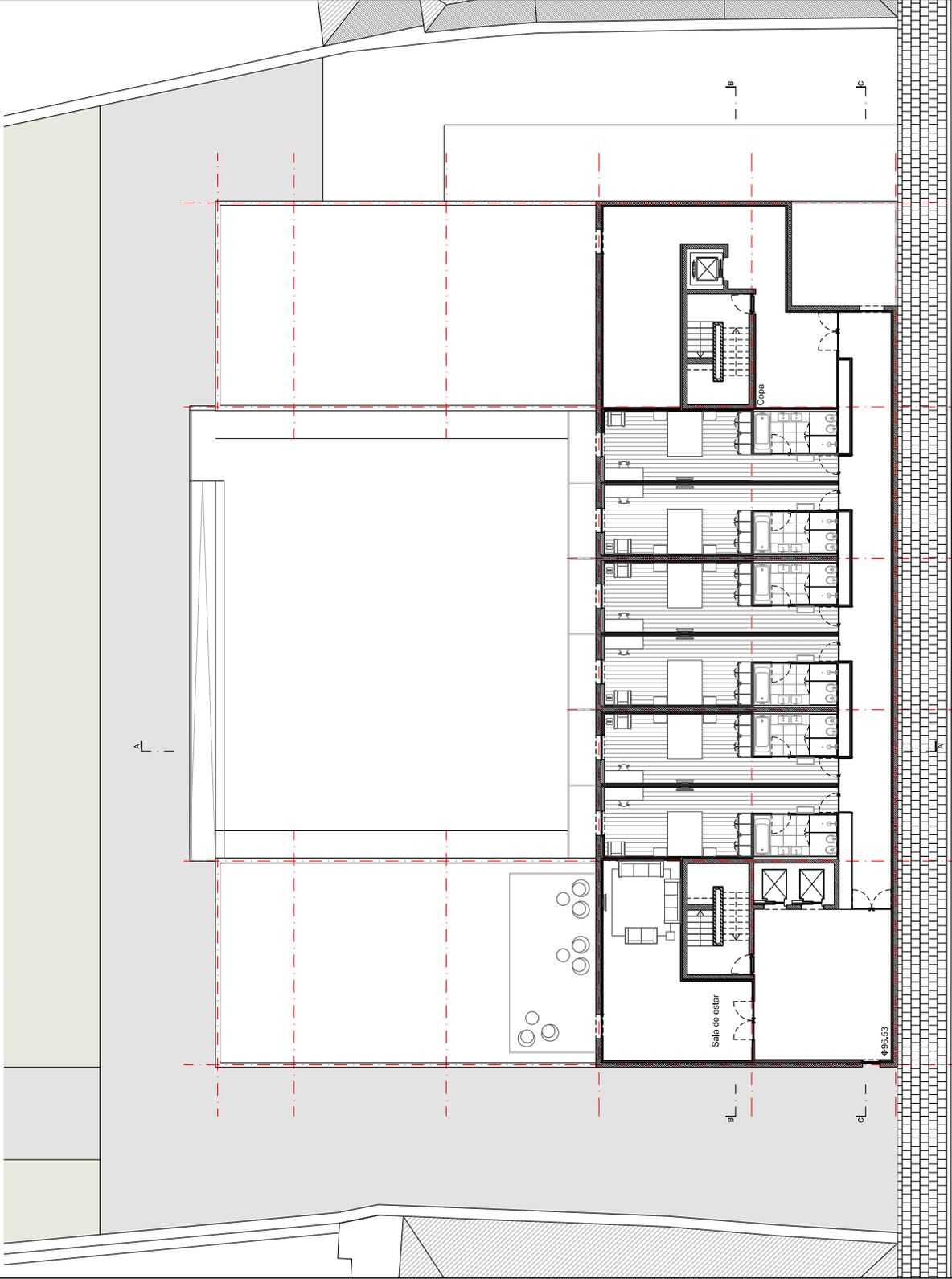
Ramos, L. A. O., (1995). *História do Porto*. (2ª ed.). Porto: Porto Editora.

**Anexos**



- Edifícios existentes
- Edifícios a serem implantados
- Zona de jogos
- Zona de lazer



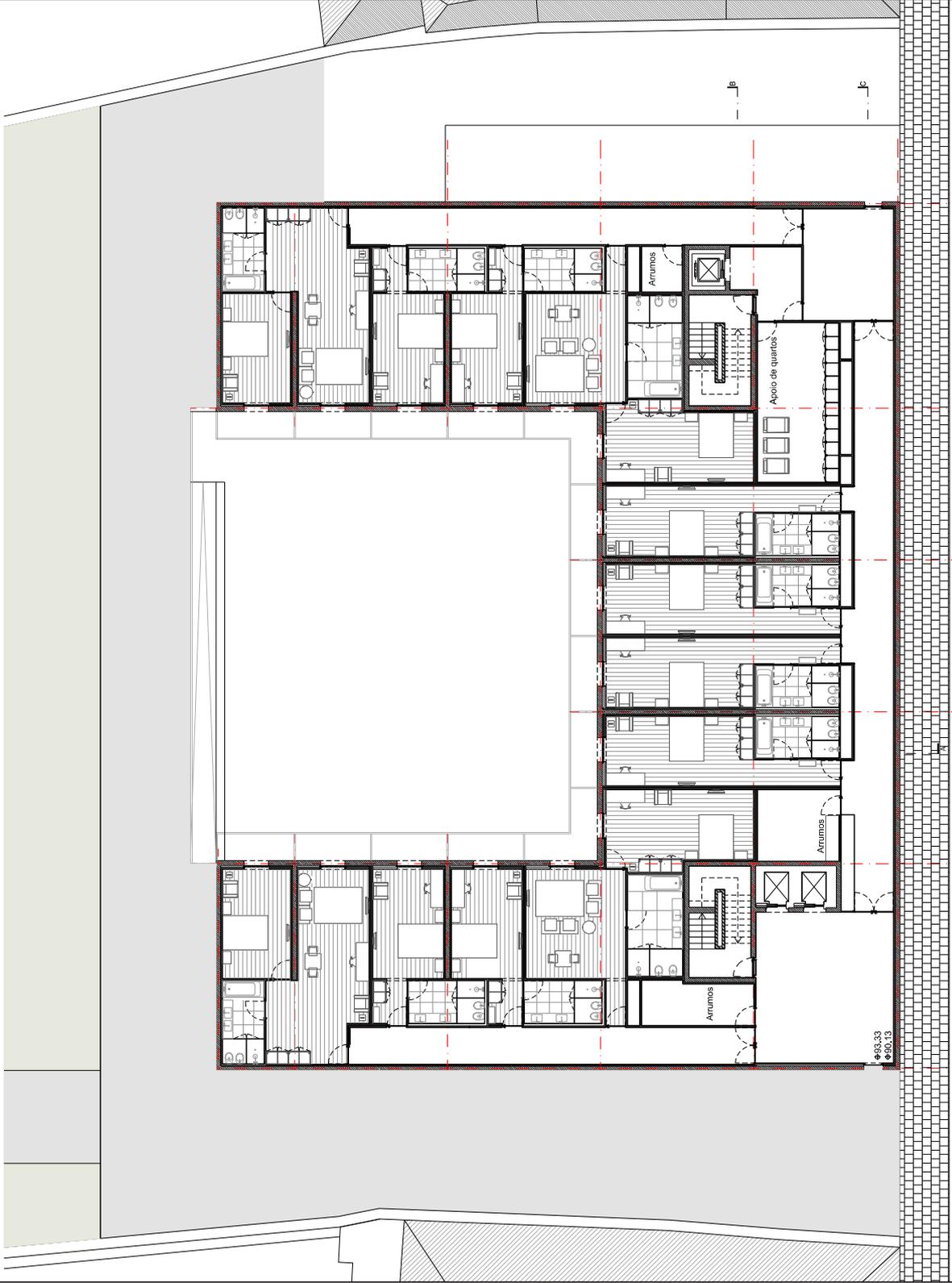


Área Alquilada



Área Pavimentada





Área Alquilada

Área Pavimentada

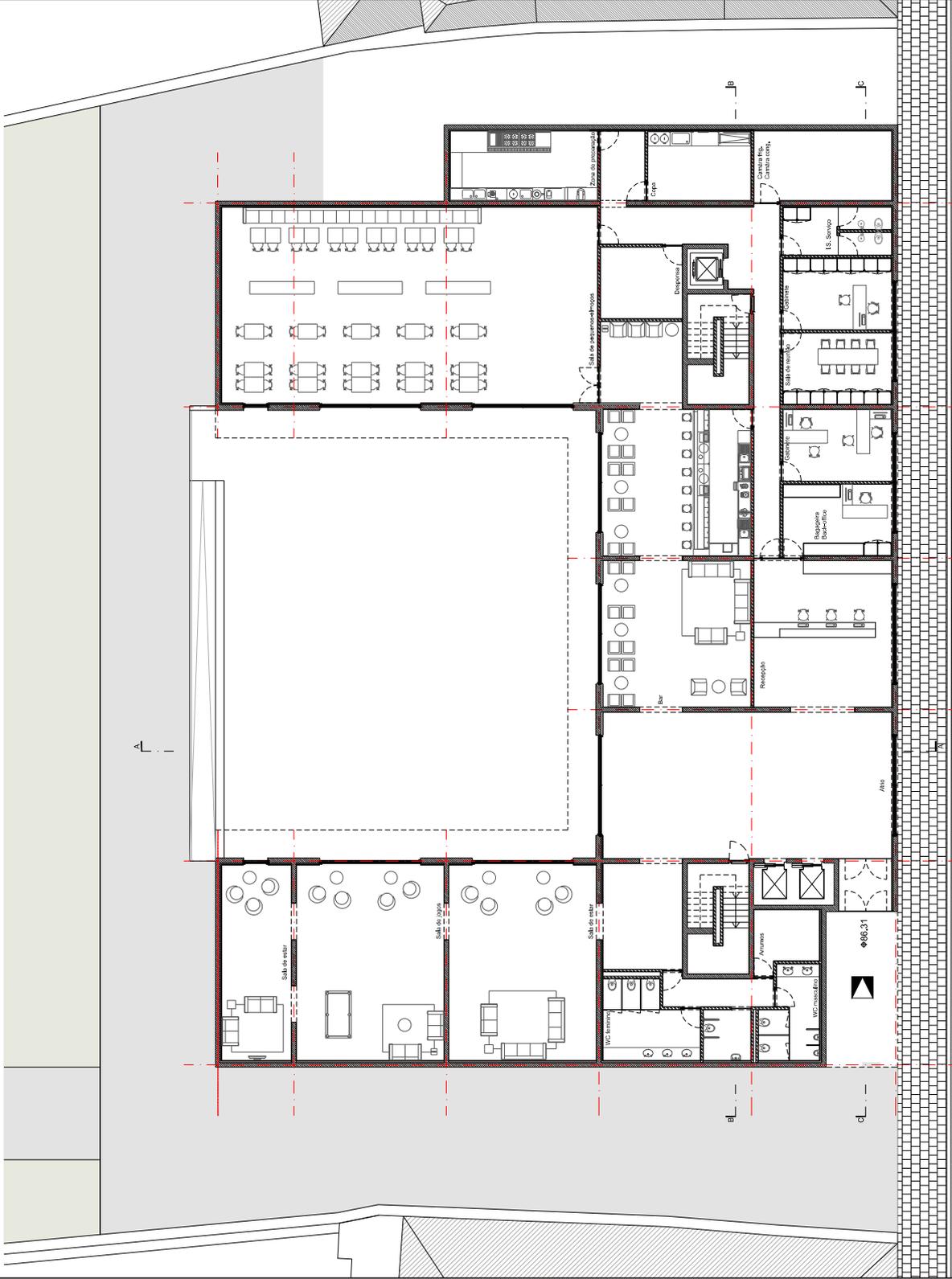
DANIELA AMORIM NOTA

HOTEL PARQUE DAS CAMELIAS - PLANTA PISO 1 E 2

ESC. 1:200

OUTUBRO 2015

A.03



Entrada Pública



Área Albergada



Área Pavimentada

DANIELA AMORIM NOTA

HOTEL PARQUE DAS CAMELIAS - PLANTA RBO 0

ESC. 1:200

OUTUBRO 2015

A.04



